



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DOS DIREITOS HUMANOS – REALIZADAS NOS DIAS 09 E 10 DE JUNHO DE 2016

1 Nos dias 09 e 10 de junho de 2016, na sala de Reuniões Plenárias, localizada no 10º andar, do Ed.
2 Parque Cidade Corporate, Quadra 09, Lote C, Torre A, em Brasília-DF, foi realizada a 17ª Reunião
3 Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH, com seguintes pontos de pauta:
4 apresentação da Secretária Especial de Direitos Humanos – Flávia Piovesan, aprovação das atas das
5 13ª, 14ª, 15ª e 16ª Reuniões Ordinárias, informes sobre o CNDH e a estruturação do Ministério da
6 Justiça e Cidadania e da Secretaria Especial de Direitos Humanos, relatos sobre as atividades das
7 Comissões Permanentes, relatos sobre as missões dos Grupos de Trabalhos Indígenas na Região
8 Sul, GT Rondônia e GT Rio Doce, referendo da Nota Pública do CNDH de repúdio aos estupros
9 coletivos, discussão emergencial sobre acordo Samarco/Governo do Estado de Minas Gerais,
10 informe sobre participação do CNDH, representado pelo conselheiro Francisco Nobrega, na reunião
11 sobre Belo Sun/Xingu em Belém-PA, informe sobre participação do CNDH, representado pelo
12 conselheiro Leonildo Monteiro, na oitiva sobre projeto de internação compulsória da população em
13 situação de rua, em Brusque-SC, informes da Presidência, informes das Conselheiras e dos
14 Conselheiros, informes da Secretaria-Executiva, informe sobre a Audiência Pública da Comissão
15 Direito à Cidade no Rio de Janeiro, informe sobre participação do CNDH, representado pelo
16 conselheiro Cristian Ribas, na audiência de apresentação do relatório final da CPI do assassinato de
17 jovens, retificações/Inclusões nas Resoluções que criam as Comissões Permanentes do CNDH,
18 aprovação de Nota Técnica sobre Acordo da Samarco com Governo Federal, Estadual de MG e
19 Municípios locais, violência contra Mulheres/Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres -
20 Conjuntura e Debates – Ações do CNDH, PL 4471/2012 - Nota Técnica do CNPG – Ações do
21 CNDH, apresentação de denúncia pela Deputada Federal Erika Kokay, aprovação do Relatório de
22 conclusões e moções da 12ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, aprovação de Resolução
23 sobre o Planejamento de atividades do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, conclusões e
24 encerramento. Estiveram presentes na reunião: Flávia Piovesan (Secretária Especial de Direitos
25 Humanos, titular) Ivana Farina Navarrete Pena (Presidente do CNDH, Conselho Nacional dos
26 Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União - CNPG, titular); Cristian Ribas
27 (Coletivo ENEGRECER, titular); Everaldo Bezerra Patriota (Ordem dos Advogados do Brasil -
28 OAB); Carlos Magno Silva Fonseca (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais,
29 Travestis e Transexuais – ABGLT, titular); Leonildo José Monteiro Filho (Movimento Nacional da
30 População de Rua - MNPR, titular); Maria Madalena Nobre (Federação Brasileira das Associações
31 de Síndrome de Down-FBADS, suplente); Helena Martins do Rego Barreto (Intervozes, titular);,
32 Adelar Cupsinski (Centro Indigenista Missionário -CIMI, titular), Maria Dirlene Marques (Rede
33 Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos – RNFS, titular), Darci
34 Frigo (Plataforma Dhesca Brasil, titular), Sandra Carvalho (Justiça Global, suplente); Luciana
35 Lóssio (CNJ, suplente), Diana Calazans Mann (Polícia Federal, titular), Pedro Saldanha (Ministério
36 das Relações Exteriores – MRE, suplente); Débora Duprat (Procuradoria Geral da República - PGR,



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

37 suplente); Carlos Ribeiro – (Defensoria Pública da União, suplente); Vera Silvia Facciolla Paiva
38 (Conselho Federal de Psicologia – CFP, titular); Renata Studart (Coordenadora-Geral do CNDH);
39 Cristiane de Castro da Cruz (assessora do CNDH); Cláudio Picanço Magalhães (assessor do
40 CNDH); Bruna Lóssio (assessora CNJ), Tailce Moura (assessora da PFDC), Patrícia Campanatti
41 (assessora PFDC), Franco Neri (assessor da Deputada Erika Kokay). A Presidente do CNDH Ivana
42 Farina deu início à Plenária e disse que o Conselho está passando por sua quinta transição na gestão
43 da Secretaria de Direitos Humanos. Disse que o Conselho está em luta em defesa dos Direitos
44 Humanos no Brasil. Lembrou que o Conselho não é estranho à nova Secretária Especial dos
45 Direitos Humanos, pois a Doutora Flávia Piovesan já compôs o antigo Conselho de Defesa dos
46 Direitos da Pessoa Humana - CDDPH. Houve a apresentação dos conselheiros e demais presentes. A
47 Coordenadora Renata Studart se apresentou, sendo seguida pela conselheira Débora Duprat,
48 Procuradora Federal dos Direitos dos Cidadãos. O conselheiro Darci Frigo desejou bom dia a todas
49 e a todos e se apresentou como representante da Plataforma Dhesca Brasil. O conselheiro Everaldo
50 Patriota se apresentou como representante da OAB e na resistência pelos Direitos Humanos. A
51 conselheira Maria Dirlene se apresentou como representante da Rede Nacional Feminista de Saúde
52 e que era um prazer receber a Doutora Flávia Piovesan no Conselho. A conselheira Vera Paiva,
53 representante do Conselho Federal de Psicologia, desejou bom dia à Secretária, a todos e a todas,
54 informando que também é conselheira da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos. O
55 conselheiro Leonildo Monteiro, representante do Movimento Nacional da População de Rua,
56 desejou bom dia a todas e a todos. A conselheira Sandra Carvalho se apresentou como representante
57 da Justiça Global, suplente da representação do CIMI. O conselheiro Carlos Magno presidente da
58 ABGLT deu bom dia à Secretária interina de Direitos Humanos Flávia Piovesan. O conselheiro
59 Cristian Ribas se apresentou como representante do Coletivo ENEGRECER, na luta pelos Direitos
60 Humanos pela democracia e na luta contra o golpe. A conselheira Helena Martins, representante do
61 Intervenções disse que a sua instituição não reconhece o atual governo, que é fruto de um processo
62 antidemocrático e que a instituição continuará ocupando os espaços de representação em órgãos de
63 Estado. O conselheiro Adelar Cupsinski se apresentou como representante do Centro Indigenista
64 Missionário - CIMI. O conselheiro Carlos Ribeiro se apresentou como representante da Defensoria
65 Pública da União, em substituição ao Defensor Francisco da Nóbrega. O conselheiro Pedro
66 Saldanha se apresentou como representante do Ministério das Relações Exteriores. O Secretario
67 Adjunto Silvio Albuquerque disse que era uma honra ter sido convidado para trabalhar com a
68 Secretária Flávia Piovesan e que desde 1999 trabalha na pauta de Direitos Humanos no Itamaraty. A
69 conselheira Diana Calazans Mann se apresentou como representante da Polícia Federal. Após a
70 apresentação dos presentes a Secretária de Direitos Humanos Flávia Piovesan disse que é uma hora
71 participar do Conselho e lutar pelas grandes causas. Agradeceu à Presidente do CNDH que conhece
72 há vários anos e que participou de momentos difíceis no CDDPH como o combate aos grupos de
73 extermínio. Disse ter um extremo respeito pelo espaço do CNDH, pois conhece o impacto das
74 decisões do Conselho na melhoria da situação da população em geral e das minorias. O CNDH
75 representa um acúmulo de lutas de direitos, como os das mulheres e dos indígenas. Parabenizou a
76 presença da conselheira representante da Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos Débora
77 Duprat que possui um acúmulo de lutas em defesa das questões indígenas. Relatou a sua formação



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

78 em Direitos Humanos e seu trabalho docente no tema tanto na PUC de São Paulo como em Buenos
79 Aires. Disse não possuir vínculo partidário e o seu aceite ao cargo se justifica na luta para evitar
80 recuos em Direitos Humanos, pois não há democracia sem respeito ao pluralismo. Disse que tem
81 suas posições e que não precisou recuar de suas convicções, tendo liberdade para atuar no atual
82 governo, com o compromisso de 20 anos de luta em Direitos Humanos. Disse que o que puder fazer
83 como resistência para não haver retrocesso em Direitos Humanos irá fazer. O novo Secretário
84 Adjunto Silvio Albuquerque disse que aceitou o convite a pedido da Secretária e que lidar com
85 Direitos Humanos não é uma tarefa fácil. Disse que ser um diplomata negro no Itamaraty, como é o
86 seu caso, ainda é uma raridade. Relatou o trabalho da Procuradora Debora Duprat em parceria com
87 o Itamaraty em grandes causas dos Direitos Humanos. A presidente do CNDH Ivana Farina
88 agradeceu as falas da Secretária Flávia Piovesan e do Secretário Adjunto e colocou em pauta a
89 aprovação das atas das 13ª a 16ª Reuniões Ordinárias do CNDH. **As atas foram aprovadas.** O
90 Conselheiro Cristian Ribas disse que seria importante encaminhar um documento menor, de duas
91 folhas contendo todas as deliberações sendo a sugestão **aprovada.** A presidente do CNDH Ivana
92 Farina relatou o momento de transição da SEDH ao Ministério da Justiça. Disse que o Conselho
93 pela sua dimensão e atividades a desenvolver já agendadas, não poderia entrar no limbo conjuntural.
94 A Secretaria Especial de Direitos Humanos está situada agora no Ministério da Justiça - MJ. O
95 orçamento do CNDH continua dentro da SEDH, contido, agora, no MJ. Disse que as questões da
96 liberação das passagens foi uma dificuldade nesse período de transição, pois ainda não havia a
97 delegação de competência para o ordenador de despesas. O compromisso do Conselho foi manter
98 suas agendas de defesa dos Direitos Humanos, como na missão de Rondônia, onde houve vários
99 assassinatos. A Secretária Flávia Piovesan disse que o compromisso da nova Secretaria é a
100 manutenção dos programas exitosos e revisar os programas deficitários. Por isso, está solicitando
101 relatórios dos setores para uma avaliação das ações. A conselheira Madalena Nobre disse que a ADI
102 que queria cobrar que as pessoas com deficiência pagassem a mais para estudar nas escolas
103 particulares, foi indeferida pelo Supremo. O conselheiro Everaldo Patriota pediu que o governo
104 atual não revogasse o Decreto do nome social. A Presidente do CNDH Ivana Farina fez o relato das
105 reuniões das Comissões que acontecem no CNDH em especial as que aconteceram na mesma
106 semana da Reunião Plenária. Disse que o CNDH irá se reunir com o Ministro Fux para tratar da
107 representação que o Conselho fez durante a manifestação do Deputado Jair Bolsonaro que disse que
108 não estupraria a Deputada Maria do Rosário porque ela não merecia. Disse que a secretária Flávia
109 Piovesan solicitou ao MJ a criação da Secretaria Especial da Infância e da Juventude e que o CNDH
110 recomendou o afastamento do Secretário de Estado do Ceará responsável pelo sistema
111 socioeducativo. O conselheiro Darci Frigo lembrou que o CNDH tomou a posição da manutenção
112 da Secretária de Direitos Humanos como Ministério e que queria deixar claro o posicionamento do
113 Conselho. A presidente do CNDH Ivana Farina disse que o Programa de Proteção aos Defensores
114 está em crise. O Programa foi desativado em vários estados como também o Provita. Disse que
115 durante a conferência foi publicado o Decreto do Programa de Defensores que retiraram a
116 participação da sociedade civil. Foi pedida a revogação do decreto e a expedição de um novo
117 decreto com a participação da sociedade civil. A Secretária Flávia Piovesan disse que teve uma
118 reunião com os coordenadores do Programa nos estados e que foi relatado que os convênios não são



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

119 efetivados ou estão atrasados. Disse que está identificando esses convênios para que não haja
120 interrupção. A conselheira Debora Duprat disse que a questão dos convênios passa também pela
121 dificuldade das entidades em fazerem a prestação de contas pela rigidez do que é solicitado e que
122 existe um conjunto de lideranças criminalizado por questão de prestação de contas não aprovadas.
123 Foi **deliberado** que a Presidente do Conselho terá uma audiência com o Ministro da Justiça e irá
124 tratar sobre o Decreto e a situação do Programa de Defensores. O conselheiro Cristian Ribas
125 registrou o posicionamento do coletivo ENEGRECER que não reconhece o governo atual por se
126 tratar de um golpe, como também não concordar com decisões equivocadas do novo governo. Em
127 seguida fez o relato da reunião da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública que teve
128 como principal pauta a estruturação das suas ações. Foram definidos dois Grupos de Trabalho no
129 âmbito da Comissão: (1) Segurança Pública e Grupos Vulneráveis e (2) Combate aos Grupos de
130 Extermínio com ênfase no Combate ao Extermínio da Juventude Negra. A Comissão apresentou um
131 recorte territorial das ações de definiu que trabalharia em primeiro lugar no estado de São Paulo,
132 com uma missão nos dias 27 a 29 de julho, com enfoque nas chacinas de Osasco e Barueri, entre
133 outras. Relato que menos de 5% das mortes por autos de resistência são investigadas pelo
134 Ministério Público. O conselheiro Cristian Ribas mostrou preocupação em relação à votação do PL
135 4471, que tinha sido colocado em caráter de urgência pelo executivo. Foram apresentados alguns
136 posicionamentos sobre legislações em vigor ou em tramitação que incidem sobre a atuação das
137 forças de segurança pública: a conselheira Debora Duprat disse que o crime de desacato é
138 inconstitucional e que o Ministério Público entrou com um pedido de Arguição de Descumprimento
139 de Preceito Fundamental – ADPF contra a lei em vigor, além disso, o julgamento de mortes contra
140 civis não deveria ser feito pela Justiça Militar; a Presidente do CNDH Ivana Farina fez o relato
141 sobre a nota técnica do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais – CNPG sobre os autos de
142 resistência que reforça a ação no Congresso a favor do PL4471. O conselheiro Darci Frigo disse que
143 quando um Juiz faz sua decisão com base no Inquérito policial Militar – IPM, os demais inquéritos
144 da Polícia Civil e do Ministério Público ficam extintos. As conselheiras Debora Duprat, Luciana
145 Lóssio e Flavia Piovesan defenderam que a composição do legislativo atualmente não apresenta
146 uma tendência de aprovação de pautas de defesa dos Direitos Humanos e que o acúmulo de
147 conhecimento do CNDH nessa área deveria dialogar com o judiciário. Foi **deliberado** que o
148 Conselho realize ações no judiciário por ser uma arena mais favorável no atual momento, do que o
149 legislativo, quanto à pauta sobre os autos de resistência. A conselheira Helena Martins fez o relato
150 da reunião da Comissão de Comunicação, em especial sobre a Audiência Pública sobre a
151 classificação indicativa, que sofre uma Ação Direta de Inconstitucionalidade que será votada em
152 breve. Sugeriu uma interlocução do CNDH com o STF. Porém, em caso de derrota no Supremo
153 deverá ser garantida uma nova estratégia para a defesa das crianças e adolescentes frente aos
154 programas televisivos. Sobre o Observatório da Violência Contra os Comunicadores, disse que a
155 minuta que iria definir a sua estrutura era muito vaga. Foi então resolvido na reunião da comissão
156 que iria ser construída uma experiência de rede, em parceria com a PFDC, OAB e MRE para que se
157 possa começar a trabalhar contra a violência aos comunicadores. Falou das violações dos Direitos
158 Humanos nos programas policiaiscos. Foi mapeado que esses programas violam pelo menos oito
159 leis nacionais e vários tratados internacionais ratificados pelo Brasil. Em 30 dias apenas foram



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

160 identificadas mais de 4500 violações. Foi estabelecida uma relatoria que irá publicar um relatório
161 com recomendações. Quanto ao caso dos jornalistas do Paraná que foram criminalizados por
162 divulgar os salários de representantes do Judiciário e do Ministério Público, com base nos dados
163 disponíveis no Portal da Transparência. Foi solicitado que seja feito o mapeamento de onde estão
164 saindo os pedidos judiciais, se individuais ou de associações de classe, para uma representação do
165 CNDH. O conselheiro Leonildo Monteiro relatou que a uma das pautas da Comissão foi a
166 conjuntura atual, pois muitas das políticas para a população de rua estavam sendo executadas pelo
167 Ministério do Desenvolvimento Social que foi extinto, em especial a Secretaria Nacional de
168 Economia Solidária – SENAES que foi deslocada para o Ministério do Trabalho. Disse que a
169 população em situação de rua que recebia pelo SENAES está sem receber. Relatou a desocupação
170 do setor Noroeste no DF, em que a DPU está entrando com uma ação para a não retirada dos
171 indígenas, mas que seja garantido também o cadastramento da população em situação de rua, que
172 está ocupando o espaço. Quanto a Agenda de Convergência – disse que é escandaloso que as
173 pessoas que irão acessar as praias do Rio de Janeiro durante as Olimpíadas tenham que apresentar
174 que possuem dinheiro na carteira e documento de identificação e que os órgãos se calam em relação
175 a essa medida. Solicita que a população em situação de rua participe da Agenda de Convergência
176 para a proteção da população de rua. Relatou a reunião em Brusque sobre a proposta do prefeito de
177 internação compulsória da população em situação de rua. A cidade não tem acolhimento da
178 população. A Promotora de Justiça (MP) disse que se a Prefeitura quiser efetivar a internação
179 compulsória o MP irá se manifestar. O Prefeito que tinha proposto foi cassado e o Secretário de
180 Segurança Pública, exonerado. A Coordenadora-Geral Renata Studart informou que a Agenda de
181 Convergência começou como uma rede de proteção à criança e adolescente e que depois se
182 expandiu. Não há ainda uma portaria formalizada da agenda e que irá solicitar a inclusão de
183 representantes das Comissões da População em Situação de Rua, do Direito à Cidade, e dos
184 Defensores. A conselheira Sandra Carvalho sugeriu que na Audiência Pública no Rio de Janeiro
185 deve ser debatido o acesso às pessoas à praia, o deslocamento urbano e o recolhimento
186 compulsório. A conselheira Debora Duprat disse que é necessária a construção de uma rede de
187 defensores de Direitos Humanos, composta por representantes da OAB, MP, DP, Judiciário,
188 Associação dos Magistrados, pela CONANDA, governo estadual e prefeitura do Rio, além de uma
189 manifestação de preocupação do Conselho. A proposta da construção dessa rede será também
190 apresentada na Audiência Pública. O Conselheiro Adelar Cupsinski reforçou que a ação da DPU é
191 fundamental para o acompanhamento das violações contra a população de rua. Foi **deliberado** pela
192 realização de uma reunião do CNDH com o Ministro do Trabalho para a garantia do repasse de
193 salários pelo SENAES e o envio de Ofício pelo Conselho ao novo Prefeito de Brusque solicitando a
194 criação de um centro de acolhimento da população em situação de rua, adesão da política e criação
195 de um CAPS (Centro de Apoio Psicossocial). O Conselheiro Adelar Cupsinski informou que o GT
196 Indígenas da Região Sul realizou três missões e está em fase de elaboração do relatório. As
197 informações de professores universitários locais, do MST, do Incra e da Funai mostram a
198 vulnerabilidade da população. Na comunidade de Laranjeiras a comunidade indígena está cercada
199 por criminosos e passando fome. A liderança indígena está presa e suas casas foram incendiadas.
200 Foram posteriormente à Curitiba onde conheceram uma casa de passagem. Posteriormente



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

201 participaram de uma audiência pública. Foi relatado que houve uma reintegração de posse pela
202 Polícia Federal com graves violações dos Direitos Humanos. A Conselheira Debora Duprat disse
203 que a Polícia Federal nunca está presente para a proteção de lideranças indígenas ameaçadas, mas
204 quando é caso de reintegração de posse, é prontamente articulada. Defendeu que o Ministério da
205 Justiça atue no controle das seguranças privadas contratadas pelos fazendeiros, que agem contra as
206 comunidades indígenas. Foi **deliberado** pelo envio da denúncia sobre a atuação da Polícia Federal
207 na reintegração de posse, à corregedoria da Polícia Federal em relação ao delegado que conduziu a
208 operação. Para isso será necessário o envio formal da denúncia por representantes do GT. Foi
209 **deliberado** pela solicitação à Polícia Federal do deslocamento de representantes da Polícia Federal
210 que estão em Cascavel - PR para proceder as investigações do caso da atuação da reintegração de
211 posse. Foi **deliberado** que o CNDH notifique o Governo Estadual, Prefeitura, MPE, e MPU, a
212 Polícia Federal, para que exista uma investigação sobre a denúncia de reintegração de posse feita
213 pela PF. O conselheiro Carlos Magno fez a leitura da memória da reunião da Comissão Permanente
214 de Defensores dos Direitos Humanos e Enfrentamento a Criminalização dos Movimentos Sociais. O
215 conselheiro Everaldo Patriota fez o relato da missão em Rondônia. Disse que existem pelo menos
216 três focos de tensão: (1) a questão dos latifúndios, dominado pelo agronegócio e a grilagem em
217 conflito com os trabalhadores sem terra, (2) as reservas extrativistas invadidas pelas madeiras e
218 (3) os atingidos por barragens. Foi **deliberado** o pedido de informações ao Programa de defensores
219 sobre a situação atual dos atendidos. Foi **deliberado** que o Conselho irá realizar contato com a
220 Comissão de Direitos Humanos da Câmara e/ou do Senado para a inclusão de uma Audiência
221 Pública sobre a situação do Programa de Defensores. Foi deliberado pela designação formal de um
222 representante do Poder Público para o acompanhamento do caso em Quedas do Iguaçu. Foi
223 deliberado pelo envio de ofícios ao MPE e a Procuradoria da República em Rondônia (Rafael)
224 solicitando resposta sobre as investigações das mortes dos defensores. Enviar os dois expedientes
225 com cópia ao governador, para que sejam adotadas ações protetivas e reparadoras. O conselheiro
226 Everaldo Patriota enviará os dados a Presidente do CNDH Ivana Farina. Em seguida, a conselheira
227 Maria Dirlene relatou a missão à Marina e que o relatório está sendo elaborado com o auxílio do
228 representante do Movimento Atingidos por Barragens Leandro Scalabrin. Existe uma questão a ser
229 tratada na Plenária que trata do acordo entre a empresa Samarco, a União e os estados de Minas
230 Gerais e Espírito Santo. O acordo não inclui os atingidos nem as prefeituras. O Ministério Público
231 Estadual afirma que o acordo é juridicamente nulo. A conselheira Debora Duprat disse que o acordo
232 é absurdo porque as empresas e os governos movem ações um contra os outros e decidem fechar
233 um acordo entre os réus, que combinam o que irão oferecer para os atingidos sem consultar o que
234 eles necessitam e sem base em um estudo dos danos causados. Além disso, os termos do acordo
235 define um valor que está dependendo do faturamento da empresa em 4 anos. Finalmente o acordo
236 cria uma fundação privada que irá gerir os recursos. Foi **deliberado** pelo envio de Nota Técnica
237 sobre o acordo à Coordenadora Nívia Mônica da Silva Promotora de Justiça Coordenadora do
238 Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio
239 Comunitário – CAODH. Foi deliberado pelo envio de ofício à AGU questionando as as motivações
240 que levaram a AGU a aceitar o acordo, sem a oitiva dos atingidos, dos municípios e do Ministério
241 Público. Com a supressão de cláusula de fundação. Dando seguimento à Pauta, o conselheiro Carlos



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Ribeiro relatou a reunião do conselheiro Francisco Nobre, no estado do Pará sobre a Mineradora Belo Sun. A reunião teve também as presenças da Defensora Pública Taís Santi, de representantes da empresa, do governo estadual, da FUNAI e da comunidade local. O Defensor Francisco Nobre solicitou que fossem aguardados seis anos de funcionamento da Hidrelétrica de Belo Monte para um real diagnóstico do impacto da obra, antes da liberação de mais uma grande obra na mesma região. Foi informado ao Secretário Adjunto que, quanto à Belo Monte todos os órgãos do governo foram ouvidos antes da emissão das recomendações. Foi **deliberado** pela realizar uma missão ampliada que inclua Belo Monte e BeloSun. A coordenadora-Geral Renata Studart apresentou a situação da organização das demandas recebidas e que todas estão sendo executadas. Disse que o fluxo das denúncias não estava sendo executado. Foi elaborado um formulário de denúncia (folha de rosto) e que a mesa irá se dedicar para fazer o encaminhamento das denúncias. Informou que foram enviados os ofícios aos representantes do Poder Público do Estado do Paraná sobre a situação da população em situação de rua. A conselheira Helena Martins solicitou o contato das pessoas que participaram da Conferencia para manter o envio de informações sobre as deliberações do Conselho. A Presidente Ivana relatou a participação do Conselho no acompanhamento da visita da Corte Interamericana dos Direitos Humanos ao Complexo do Curado, antigo Presídio Anibal Bruno em Pernambuco. Disse que enquanto o estado defende que havia cumprido as medidas da Corte, a sociedade civil apresentava que não tinha sido ouvida. A Presidente informou que irá apresentar o vídeo da situação do presídio ao Secretário Alexandre de Moraes. O conselheiro Everaldo Patriota solicitou que constasse em ata a atuação do conselheiro Pedro Saldanha, representante do MRE, para que houvesse a participação do CNDH na missão. Foram apresentadas as fotos e um vídeo da situação do local. A conselheira Debora Duprat sugeriu que seja pedida uma intervenção federal no caso do complexo do Curado. A Conselheira Vera Paiva disse que os presídios no Brasil estão piores do que os campos de concentração e que isso é o reflexo de um Estado que não enfrenta a discussão da Justiça de Transição. A conselheira Sandra Carvalho defendeu que a questão seja enfrentada de forma estrutural, pois a situação é a mesma em vários presídios, como resultado de uma política de encarceramento. O entendimento dos peticionários é que não há uma mudança na política, apenas questões pontuais, como criar mecanismos de combate a tortura de nomeação de defensores públicos e que o presídio de pedrinhas já tem um pedido de intervenção federal. A conselheira Debora Duprat disse que acredita que o pedido de intervenção será bem recebido pelo Procurador Geral, mas para isso o pedido deve ser muito bem fundamentado. A cultura do aprisionamento permeia todo o judiciário e que estão cada vez mais relativizando as outras formas de sentença previstas no ECA, no caso do sistema socioeducativo, e colocando tudo como internação. Disse que a política de encarceramento perpassa tanto pelo juiz de primeira instância até o STF. A Conselheira Vera Paiva defendeu uma audiência pública sobre a política de encarceramento. A conselheira Helena Martins disse que a lógica punitivista de encarceramento deve trazer também a reflexão do tema e que apesar dos avanços acadêmicos, a sociedade e o Congresso defende que o encarceramento é a melhor saída e que o encarceramento está também diretamente ligado à política antidrogas. A conselheira Luciana Lóssio disse concordar com tudo o que foi colocado e que tem que haver uma ação conjunta. O CNJ tem defendido fortemente essa pauta, tanto que colocou a audiência de custódia como forma de evitar o encarceramento. Sugeriu



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

283 que o CNDH amadurecesse uma proposta de uma ação conjunta entre o MP, DPU, CNJ e OAB. A
284 Coordenadora-Geral Renata Studart trouxe as informações sobre o Comitê de Combate à Tortura e
285 disse que existem diversos relatórios, não faltam documentos e que um dos debates entra na questão
286 da privatização do sistema carcerário. Seria bom pensar uma posição do Conselho em relação à
287 privatização. O CNPCT defende que não seja estimulada novas construções e sim a política de
288 desencarceramento. A conselheira Madalena Nobre disse que a questão passa pela formação dos
289 Profissionais na academia e que o Conselho poderia até propor mudanças curriculares nos cursos de
290 direito. O conselheiro Darci Frigo disse que o momento também vem levando ao fortalecimento do
291 discurso de encarceramento, reforçado pelo discurso da prisão de senadores e deputados mesmo no
292 exercício do cargo e o encarceramento dos movimentos sociais como a criminalização do MST ou
293 de pessoas que obstruem vias públicas em manifestações. A Presidente do CNDH Ivana Farina disse
294 que houve um seminário sobre o encarceramento, porém foi em um espaço pequeno para poucos
295 convidados. O CNDH poderia realizar um seminário ampliado em conjunto com diversos órgãos.
296 Foi **deliberado** pela realização de uma audiência, coordenada pela Comissão Permanente da
297 População em Privação de Liberdade. Foi criado um grupo para a elaboração da audiência sobre a
298 política de encarceramento e a situação dos presídios. O grupo é formado pelos seguintes
299 conselheiros: Sandra Carvalho, Helena Martins, Cristian Ribas, Everaldo Patriota, Vera Paiva,
300 Luciana Lóssio. O CNDH irá convidar representantes dos Conselhos estaduais para participarem do
301 evento. Foi **deliberado** pela elaboração de um documento para o pedido de intervenção federal do
302 Complexo do Curado. Foi **deliberado** pela solicitação de uma audiência com o governador do
303 Ceará para tratar do sistema socioeducativo. A Presidente do CNDH Ivana Farina disse que o
304 Conselho formulou uma nota de repúdio em face do estupro coletivo no Rio de Janeiro. A nota
305 também repudiava a extinção da Secretaria das Mulheres igualdade Racial e Direitos Humanos.
306 Informou que a ONU Mulheres está organizando seminários para mudanças no judiciário para o
307 atendimento com o recorte de gênero e solicitou um espaço no CNDH para apresentação das
308 diretrizes de combate ao feminicídio e uma parceria com o Conselho. A conselheira Débora Duprat
309 informou que a atual indicada para a Secretaria das Mulheres é investigada por desvios de recursos
310 de emendas parlamentares e superfaturamento. O processo que estava no STF, foi para o Amapá,
311 com o fim do mandato da Deputada. O Ministério Público Federal está acompanhando a ação penal.
312 Além disso, há a preocupação com as manifestações contra o aborto e contra os Direitos Humanos.
313 A conselheira Sandra Carvalho sugeriu que na reunião de agosto seja colocada em pauta a questão
314 das revistas vexatórias. Foi **deliberado** pelo envio de um convite à ONU Mulheres para participar
315 da Plenária em agosto. O conselheiro Cristian Ribas relatou o seminário sobre as mortes da
316 juventude. O relatório não trás a nomenclatura do extermínio da juventude negra. A cada 23
317 minutos um jovem negro é morto no Brasil. O relatório partiu de casos em diversos estados e faz
318 diversas recomendações. Disse que o Conselho deve ter um posicionamento em relação ao relatório
319 para dar visibilidade a ele. O relatório será aprovado no plenário do Senado. Na página do Facebook
320 do Conselho foi adicionado um link ao relatório. Sugeriu que o CNDH se manifestasse pela
321 aprovação do relatório, parabenizando os trabalhos da CPI e pela importância do relatório para a
322 discussão do debate em Direitos Humanos. Foi **deliberado** pelo envio ao presidente da CPI um
323 ofício parabenizando pelos trabalhos e ressaltando a importância do relatório para a discussão do



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

324 debate em Direitos Humanos. A conselheira Maria Dirlene pediu o apoio de todos na divulgação da
325 audiência pública no Rio de Janeiro da Comissão do Direito à Cidade, que será nos dias 16 e 17 de
326 julho no Instituto de Ciências Sociais, no Rio de Janeiro. Solicitou indicações para compor a mesa.
327 Disse que existe uma previsão de uma manifestação que contará com mais de 100 mil pessoas
328 durante as olimpíadas, promovido pelo Comitê Popular das Olimpíadas. A mesa da Audiência
329 poderia apresentar os dossiês construídos durante a Copa com as violações. A conselheira Debora
330 Duprat sugeriu que os membros do Poder Público, como o MPE, a DPE, a OAB o estado do Rio e a
331 Prefeitura do Rio de Janeiro fizessem parte da Mesa para que a sociedade civil cobre a garantia de
332 direitos. O conselheiro Cristian Ribas disse que seria fundamental que o Conselho se inserisse na
333 agenda de convergência. Foi **deliberado** pela sugestão dos nomes para participar da Mesa: Doutora
334 Eufrásia da DPU, Ana Padilha (MPF), Desembargador Ciro Darlan, Marcelo Charrell (OAB) e
335 Deputado Estadual Marcelo Freixo. A Deputada Federal Erika Kokay trouxe uma denúncia que
336 estaria ligada a criminalização dos movimentos sociais. Disse que o senhor Jorge, líder rural que
337 também já foi vereador, está preso acusado de ter roubado um arado e um extintor de incêndio,
338 condenado a 7 anos de prisão. A justificativa dele não responder em liberdade seria por ele ser uma
339 liderança de movimentos. A conselheira Debora Duprat disse que as duas condenações que teve
340 acesso já transitaram em julgado. Um deles seria de uma ocupação do MST ao Banco do Brasil e
341 que seriam 2 anos de prisão. A conselheira Sandra Carvalho disse que está em diálogo com o
342 Congresso para uma audiência pública sobre o programa de Defensores e a criminalização dos
343 movimentos sociais e que seria importante o mapeamento dos casos. O conselheiro Everaldo
344 Patriota defendeu que primeiramente sejam analisados os autos do Processo para só assim o
345 Conselho se manifestar. Porque a partir daí é que serão estabelecidas estratégias para um
346 posicionamento. A Presidente do CNDH Ivana Farina disse que irá entrar em contato diretamente
347 com o Promotor para saber detalhes do caso. A Deputada Érika Kokay disse que irá pedir à
348 Advogada do senhor Jorge para que mande todo o processo que levou a condenação. O conselheiro
349 Darci Frigo lembrou o caso das lideranças do MST em Goiás e que também irá solicitar os dados
350 do processo de criminalização deles. Foi **deliberado** que o conselheiro Carlos Ribeiro irá solicitar
351 relatores na DPU para os casos do senhor Jorge e das lideranças rurais do MST de Goiás. Em
352 seguida, foi colocado em pauta a aprovação do Relatório de conclusões e moções da 12ª
353 Conferência Nacional dos Direitos Humanos. O Conselheiro Everaldo Patriota falou que as
354 propostas aprovadas na Conferência, no Grupo de Trabalho ao qual fez parte não corresponde ao
355 que foi apresentado como resultado do relator. **Deliberação:** a Secretaria Executiva do CNDH
356 entrará em contato com a relatoria do GT para resgatar o que foi aprovado. Foi encerrada a 17ª
357 Reunião Ordinária.